

stone Stone Instituição de Pagamentos S.A. CNPJ/MF nº 16.501.555/0001-57																																																																																																																																																																																																																									
Relatório da administração																																																																																																																																																																																																																									
Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone IP" ou "Companhia") relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026. Mensagem da Administração: A rentabilidade do nosso negócio cresceu consistentemente em 2026, acompanhado de uma evolução da rentabilidade. O TPV transacionado do Grupo, que inclui transações realizadas por cartões e PIX QR Code, atingiu R\$ 279,4 bilhões no semestre, crescendo 3,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Além disso, encerramos o semestre com 4,8 milhões de clientes que geraram ao menos R\$ 0,01 em receita nos últimos 30 dias em qualquer uma das nossas soluções de aquisição, banking ou crédito. Esse resultado reforça nosso posicionamento estratégico e a confiança do mercado nas nossas soluções. O engajamento dos clientes com nossas soluções continua aumentando consistentemente, com o número de depósitos das empresas do Grupo atingindo R\$ 10,8 bilhões em 30 de junho de 2026. Acreditamos que estamos bem-posicionados para executar nossa estratégia, e continuar crescendo com evolução da rentabilidade. Continuamos comprometidos em ajudar nossos clientes com as diversas necessidades que eles têm, ajudando-os a serem mais produtivos e venderem mais.																																																																																																																																																																																																																									
A Administração.																																																																																																																																																																																																																									
Demonstração do Resultado – Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 (Em Milhares de Reais)																																																																																																																																																																																																																									
<table><tr><th></th><th>Nota</th><th>30/06/2026</th><th>31/12/2025</th><th></th><th>Nota</th><th>30/06/2026</th><th>31/12/2025</th></tr><tr><td colspan="4">Balanco Patrimonial – Em 30 de junho de 2026</td><td colspan="4">e 31 de dezembro de 2025 (Em Milhares de Reais)</td></tr><tr><td>Ativo</td><td></td><td></td><td></td><td>Passivo</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Disponibilidades</td><td>4</td><td>1.999.740</td><td>1.339.686</td><td>Passivos financeiros</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Ativos financeiros</td><td></td><td></td><td></td><td>Ao custo amortizado</td><td></td><td>84.783.959</td><td>80.255.473</td></tr><tr><td>Ao custo amortizado</td><td></td><td>41.279.250</td><td>46.750.023</td><td>Depósitos</td><td>7</td><td>2.399.839</td><td>3.947.248</td></tr><tr><td>Depósitos no Banco Central</td><td></td><td>3.203.601</td><td>4.594.527</td><td>Obrigações vinculadas a cessão</td><td>6.2.1.5</td><td>2.366.047</td><td>2.620.238</td></tr><tr><td>Contas a receber de emissores</td><td>6.2.1</td><td>35.319.898</td><td>39.176.837</td><td>Obrigações vinculadas a sub-rogação</td><td>31</td><td>26.502.390</td><td>29.582.546</td></tr><tr><td>Contas a receber de emissores vinculadas a cessão</td><td>6.2.1</td><td>2.416.642</td><td>2.666.466</td><td>Valores a repassar a estabelecimentos</td><td>15.2</td><td>19.937.574</td><td>18.905.661</td></tr><tr><td>Rendas a receber</td><td>6.2.2</td><td>163.185</td><td>159.416</td><td>Obrigações por empréstimos</td><td>14</td><td>33.072.805</td><td>24.707.496</td></tr><tr><td>Dividendos a receber</td><td>31</td><td>567</td><td>1.860</td><td>Passivos de arrendamento</td><td></td><td>10.763</td><td>15.214</td></tr><tr><td>Outros ativos financeiros</td><td>8</td><td>175.357</td><td>150.917</td><td>Dividendos a pagar</td><td></td><td>5.317</td><td>5.317</td></tr><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td>Outros passivos financeiros</td><td>18</td><td>489.224</td><td>471.753</td></tr><tr><td>Ao valor justo por meio do resultado</td><td></td><td>33.851.296</td><td>28.349.334</td><td>Ao valor justo por meio do resultado</td><td></td><td>255.557</td><td>148.482</td></tr><tr><td>Títulos e valores mobiliários</td><td>5.1</td><td>33.850.152</td><td>28.338.628</td><td>Instrumentos financeiros derivativos</td><td>5.2.3</td><td>255.557</td><td>148.482</td></tr><tr><td>Instrumentos financeiros derivativos</td><td>5.2.3</td><td>1.144</td><td>10.706</td><td>Passivos não financeiros</td><td></td><td>981.115</td><td>1.047.380</td></tr><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td>Obrigações fiscais</td><td>16</td><td>374.533</td><td>378.665</td></tr><tr><td>Ativos não financeiros</td><td></td><td>12.099.599</td><td>7.325.109</td><td>Provisão para contingências</td><td>17.2</td><td>154.748</td><td>134.256</td></tr><tr><td>Despesas antecipadas</td><td>9.2</td><td>331.835</td><td>272.847</td><td>Outros passivos</td><td>18</td><td>451.834</td><td>534.459</td></tr><tr><td>Ativos fiscais</td><td>10.2</td><td>1.735.027</td><td>1.551.750</td><td>Patrimônio líquido</td><td></td><td>3.209.254</td><td>2.312.817</td></tr><tr><td>Outros ativos não financeiros</td><td>8</td><td>41.800</td><td>14.996</td><td>Capital social</td><td>19.2</td><td>1.389.445</td><td>1.389.445</td></tr><tr><td>Investimentos</td><td>11.3</td><td>8.367.388</td><td>3.949.794</td><td>Reserva de capital</td><td>19.3</td><td>748.157</td><td>711.982</td></tr><tr><td>Imobilizado</td><td>12.2</td><td>1.550.862</td><td>1.460.174</td><td>Reserva legal</td><td>19.4</td><td>146.279</td><td>102.927</td></tr><tr><td>Intangível</td><td>13.2</td><td>72.687</td><td>75.548</td><td>Reserva de lucros</td><td>19.5</td><td>1.017.651</td><td>193.968</td></tr><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td>Outros resultados abrangentes</td><td>19.7</td><td>(92.278)</td><td>(85.505)</td></tr><tr><td>Total do Ativo</td><td></td><td>89.229.885</td><td>83.764.152</td><td>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</td><td></td><td>89.229.885</td><td>83.764.152</td></tr></table>											Nota	30/06/2026	31/12/2025		Nota	30/06/2026	31/12/2025	Balanco Patrimonial – Em 30 de junho de 2026				e 31 de dezembro de 2025 (Em Milhares de Reais)				Ativo				Passivo				Disponibilidades	4	1.999.740	1.339.686	Passivos financeiros				Ativos financeiros				Ao custo amortizado		84.783.959	80.255.473	Ao custo amortizado		41.279.250	46.750.023	Depósitos	7	2.399.839	3.947.248	Depósitos no Banco Central		3.203.601	4.594.527	Obrigações vinculadas a cessão	6.2.1.5	2.366.047	2.620.238	Contas a receber de emissores	6.2.1	35.319.898	39.176.837	Obrigações vinculadas a sub-rogação	31	26.502.390	29.582.546	Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	6.2.1	2.416.642	2.666.466	Valores a repassar a estabelecimentos	15.2	19.937.574	18.905.661	Rendas a receber	6.2.2	163.185	159.416	Obrigações por empréstimos	14	33.072.805	24.707.496	Dividendos a receber	31	567	1.860	Passivos de arrendamento		10.763	15.214	Outros ativos financeiros	8	175.357	150.917	Dividendos a pagar		5.317	5.317					Outros passivos financeiros	18	489.224	471.753	Ao valor justo por meio do resultado		33.851.296	28.349.334	Ao valor justo por meio do resultado		255.557	148.482	Títulos e valores mobiliários	5.1	33.850.152	28.338.628	Instrumentos financeiros derivativos	5.2.3	255.557	148.482	Instrumentos financeiros derivativos	5.2.3	1.144	10.706	Passivos não financeiros		981.115	1.047.380					Obrigações fiscais	16	374.533	378.665	Ativos não financeiros		12.099.599	7.325.109	Provisão para contingências	17.2	154.748	134.256	Despesas antecipadas	9.2	331.835	272.847	Outros passivos	18	451.834	534.459	Ativos fiscais	10.2	1.735.027	1.551.750	Patrimônio líquido		3.209.254	2.312.817	Outros ativos não financeiros	8	41.800	14.996	Capital social	19.2	1.389.445	1.389.445	Investimentos	11.3	8.367.388	3.949.794	Reserva de capital	19.3	748.157	711.982	Imobilizado	12.2	1.550.862	1.460.174	Reserva legal	19.4	146.279	102.927	Intangível	13.2	72.687	75.548	Reserva de lucros	19.5	1.017.651	193.968					Outros resultados abrangentes	19.7	(92.278)	(85.505)	Total do Ativo		89.229.885	83.764.152	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		89.229.885	83.764.152
	Nota	30/06/2026	31/12/2025		Nota	30/06/2026	31/12/2025																																																																																																																																																																																																																		
Balanco Patrimonial – Em 30 de junho de 2026				e 31 de dezembro de 2025 (Em Milhares de Reais)																																																																																																																																																																																																																					
Ativo				Passivo																																																																																																																																																																																																																					
Disponibilidades	4	1.999.740	1.339.686	Passivos financeiros																																																																																																																																																																																																																					
Ativos financeiros				Ao custo amortizado		84.783.959	80.255.473																																																																																																																																																																																																																		
Ao custo amortizado		41.279.250	46.750.023	Depósitos	7	2.399.839	3.947.248																																																																																																																																																																																																																		
Depósitos no Banco Central		3.203.601	4.594.527	Obrigações vinculadas a cessão	6.2.1.5	2.366.047	2.620.238																																																																																																																																																																																																																		
Contas a receber de emissores	6.2.1	35.319.898	39.176.837	Obrigações vinculadas a sub-rogação	31	26.502.390	29.582.546																																																																																																																																																																																																																		
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	6.2.1	2.416.642	2.666.466	Valores a repassar a estabelecimentos	15.2	19.937.574	18.905.661																																																																																																																																																																																																																		
Rendas a receber	6.2.2	163.185	159.416	Obrigações por empréstimos	14	33.072.805	24.707.496																																																																																																																																																																																																																		
Dividendos a receber	31	567	1.860	Passivos de arrendamento		10.763	15.214																																																																																																																																																																																																																		
Outros ativos financeiros	8	175.357	150.917	Dividendos a pagar		5.317	5.317																																																																																																																																																																																																																		
				Outros passivos financeiros	18	489.224	471.753																																																																																																																																																																																																																		
Ao valor justo por meio do resultado		33.851.296	28.349.334	Ao valor justo por meio do resultado		255.557	148.482																																																																																																																																																																																																																		
Títulos e valores mobiliários	5.1	33.850.152	28.338.628	Instrumentos financeiros derivativos	5.2.3	255.557	148.482																																																																																																																																																																																																																		
Instrumentos financeiros derivativos	5.2.3	1.144	10.706	Passivos não financeiros		981.115	1.047.380																																																																																																																																																																																																																		
				Obrigações fiscais	16	374.533	378.665																																																																																																																																																																																																																		
Ativos não financeiros		12.099.599	7.325.109	Provisão para contingências	17.2	154.748	134.256																																																																																																																																																																																																																		
Despesas antecipadas	9.2	331.835	272.847	Outros passivos	18	451.834	534.459																																																																																																																																																																																																																		
Ativos fiscais	10.2	1.735.027	1.551.750	Patrimônio líquido		3.209.254	2.312.817																																																																																																																																																																																																																		
Outros ativos não financeiros	8	41.800	14.996	Capital social	19.2	1.389.445	1.389.445																																																																																																																																																																																																																		
Investimentos	11.3	8.367.388	3.949.794	Reserva de capital	19.3	748.157	711.982																																																																																																																																																																																																																		
Imobilizado	12.2	1.550.862	1.460.174	Reserva legal	19.4	146.279	102.927																																																																																																																																																																																																																		
Intangível	13.2	72.687	75.548	Reserva de lucros	19.5	1.017.651	193.968																																																																																																																																																																																																																		
				Outros resultados abrangentes	19.7	(92.278)	(85.505)																																																																																																																																																																																																																		
Total do Ativo		89.229.885	83.764.152	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		89.229.885	83.764.152																																																																																																																																																																																																																		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.																																																																																																																																																																																																																									
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 (Em Milhares de Reais)																																																																																																																																																																																																																									
<table><tr><th></th><th>Nota</th><th>Capital social</th><th>Reserva de capital</th><th>Reserva de lucros</th><th>Reserva de lucros</th><th>Outros resultados abrangentes</th><th>Lucro (prejuízo) acumulado</th><th>Total</th></tr><tr><td>Saldos em 31 de dezembro de 2024</td><td></td><td>1.389.445</td><td>628.553</td><td>73.179</td><td>402.585</td><td>(130.920)</td><td>—</td><td>2.362.842</td></tr><tr><td>Efeitos da adoção inicial da Resolução BCB nº 352/23</td><td>19.1</td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>(67.840)</td><td>(67.840)</td></tr><tr><td>Saldos em 1 de janeiro de 2025</td><td></td><td>1.389.445</td><td>628.553</td><td>73.179</td><td>402.585</td><td>(130.920)</td><td>(67.840)</td><td>2.295.002</td></tr><tr><td>Pagamento baseado em ações</td><td>19.3</td><td>—</td><td>31.963</td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>31.963</td><td>31.963</td></tr><tr><td>Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas</td><td>19.3</td><td>—</td><td>8.969</td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>8.969</td><td>8.969</td></tr><tr><td>Ganho não realizado de hedge de fluxo de caixa, líquido de impostos</td><td></td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>30.438</td><td>—</td><td>30.438</td></tr><tr><td>Lucro líquido do semestre</td><td></td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>433.719</td><td>433.719</td></tr><tr><td>Reserva legal</td><td>19.4</td><td>—</td><td>—</td><td>18.294</td><td>—</td><td>—</td><td>(18.294)</td><td>—</td></tr><tr><td>Reserva de lucros</td><td>19.5</td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>347.585</td><td>—</td><td>(347.585)</td><td>—</td></tr><tr><td>Saldos em 30 de junho de 2025</td><td></td><td>1.389.445</td><td>669.485</td><td>91.473</td><td>750.170</td><td>(100.482)</td><td>—</td><td>2.800.091</td></tr><tr><td>Saldos em 31 de dezembro de 2025</td><td></td><td>1.389.445</td><td>711.982</td><td>102.927</td><td>193.968</td><td>(85.505)</td><td>—</td><td>2.312.817</td></tr><tr><td>Pagamento baseado em ações</td><td>19.3</td><td>—</td><td>51.259</td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>51.259</td><td>51.259</td></tr><tr><td>Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas</td><td>19.3</td><td>—</td><td>(15.084)</td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>(15.084)</td><td>(15.084)</td></tr><tr><td>Perda não realizada de hedge de fluxo de caixa, líquida de impostos</td><td></td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>(6.773)</td><td>—</td><td>(6.773)</td></tr><tr><td>Lucro líquido do semestre</td><td></td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>867.035</td><td>867.035</td></tr><tr><td>Reserva legal</td><td>19.4</td><td>—</td><td>—</td><td>43.352</td><td>—</td><td>—</td><td>(43.352)</td><td>—</td></tr><tr><td>Reserva de lucros</td><td>19.5</td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>823.683</td><td>—</td><td>(823.683)</td><td>—</td></tr><tr><td>Saldos em 30 de junho de 2026</td><td></td><td>1.389.445</td><td>748.157</td><td>146.279</td><td>1.017.651</td><td>(92.278)</td><td>—</td><td>3.209.254</td></tr></table>											Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucro (prejuízo) acumulado	Total	Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.389.445	628.553	73.179	402.585	(130.920)	—	2.362.842	Efeitos da adoção inicial da Resolução BCB nº 352/23	19.1	—	—	—	—	—	(67.840)	(67.840)	Saldos em 1 de janeiro de 2025		1.389.445	628.553	73.179	402.585	(130.920)	(67.840)	2.295.002	Pagamento baseado em ações	19.3	—	31.963	—	—	—	31.963	31.963	Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	19.3	—	8.969	—	—	—	8.969	8.969	Ganho não realizado de hedge de fluxo de caixa, líquido de impostos		—	—	—	—	30.438	—	30.438	Lucro líquido do semestre		—	—	—	—	—	433.719	433.719	Reserva legal	19.4	—	—	18.294	—	—	(18.294)	—	Reserva de lucros	19.5	—	—	—	347.585	—	(347.585)	—	Saldos em 30 de junho de 2025		1.389.445	669.485	91.473	750.170	(100.482)	—	2.800.091	Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.389.445	711.982	102.927	193.968	(85.505)	—	2.312.817	Pagamento baseado em ações	19.3	—	51.259	—	—	—	51.259	51.259	Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	19.3	—	(15.084)	—	—	—	(15.084)	(15.084)	Perda não realizada de hedge de fluxo de caixa, líquida de impostos		—	—	—	—	(6.773)	—	(6.773)	Lucro líquido do semestre		—	—	—	—	—	867.035	867.035	Reserva legal	19.4	—	—	43.352	—	—	(43.352)	—	Reserva de lucros	19.5	—	—	—	823.683	—	(823.683)	—	Saldos em 30 de junho de 2026		1.389.445	748.157	146.279	1.017.651	(92.278)	—	3.209.254																																					
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucro (prejuízo) acumulado	Total																																																																																																																																																																																																																	
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.389.445	628.553	73.179	402.585	(130.920)	—	2.362.842																																																																																																																																																																																																																	
Efeitos da adoção inicial da Resolução BCB nº 352/23	19.1	—	—	—	—	—	(67.840)	(67.840)																																																																																																																																																																																																																	
Saldos em 1 de janeiro de 2025		1.389.445	628.553	73.179	402.585	(130.920)	(67.840)	2.295.002																																																																																																																																																																																																																	
Pagamento baseado em ações	19.3	—	31.963	—	—	—	31.963	31.963																																																																																																																																																																																																																	
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	19.3	—	8.969	—	—	—	8.969	8.969																																																																																																																																																																																																																	
Ganho não realizado de hedge de fluxo de caixa, líquido de impostos		—	—	—	—	30.438	—	30.438																																																																																																																																																																																																																	
Lucro líquido do semestre		—	—	—	—	—	433.719	433.719																																																																																																																																																																																																																	
Reserva legal	19.4	—	—	18.294	—	—	(18.294)	—																																																																																																																																																																																																																	
Reserva de lucros	19.5	—	—	—	347.585	—	(347.585)	—																																																																																																																																																																																																																	
Saldos em 30 de junho de 2025		1.389.445	669.485	91.473	750.170	(100.482)	—	2.800.091																																																																																																																																																																																																																	
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.389.445	711.982	102.927	193.968	(85.505)	—	2.312.817																																																																																																																																																																																																																	
Pagamento baseado em ações	19.3	—	51.259	—	—	—	51.259	51.259																																																																																																																																																																																																																	
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	19.3	—	(15.084)	—	—	—	(15.084)	(15.084)																																																																																																																																																																																																																	
Perda não realizada de hedge de fluxo de caixa, líquida de impostos		—	—	—	—	(6.773)	—	(6.773)																																																																																																																																																																																																																	
Lucro líquido do semestre		—	—	—	—	—	867.035	867.035																																																																																																																																																																																																																	
Reserva legal	19.4	—	—	43.352	—	—	(43.352)	—																																																																																																																																																																																																																	
Reserva de lucros	19.5	—	—	—	823.683	—	(823.683)	—																																																																																																																																																																																																																	
Saldos em 30 de junho de 2026		1.389.445	748.157	146.279	1.017.651	(92.278)	—	3.209.254																																																																																																																																																																																																																	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.																																																																																																																																																																																																																									
Notas Explicativas – Em 30 de junho de 2026 (Em Milhares de Reais)																																																																																																																																																																																																																									
1 CONTEXTO OPERACIONAL																																																																																																																																																																																																																									
A Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia" ou "Stone IP") com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 2880, 4º andar, sala 3, CEP 05402-500, foi constituída em 01 de junho de 2012. A Companhia tem como atividade principal a prestação de serviços para aceitação de cartões de crédito e débito em estabelecimentos comerciais e seu modelo de negócio compreende o credenciamento, instalação e manutenção de terminais eletrônicos para a captura, processamento, transmissão e liquidação financeira das transações com cartões de crédito e débito dos instituidores dos arranjos. A Stone IP também atua efetuando pré-pagamentos de transações com cartões aos estabelecimentos credenciados sobre transações já capturadas e processadas. Em 3 de julho de 2017, a Stone IP obteve autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN", "Banco Central" ou "BCB"), e em 24 de abril de 2019 recebeu autorização para atuar como emissora de moeda eletrônica. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro ("SPB"), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.																																																																																																																																																																																																																									
2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS																																																																																																																																																																																																																									
As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"). De acordo com a Resolução BCB nº 2/20 e alterações da Resolução BCB nº 367/24, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem preparar suas demonstrações financeiras, seguindo critérios e procedimentos mencionados nesses normativos, que tratam da divulgação de demonstrações contábeis intermediárias, semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo, que inclui os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações de patrimônio líquido, as notas explicativas e a divulgação de informações sobre os resultados não recorrentes. Em 23 de novembro de 2023, o BACEN publicou a Resolução BCB nº 352/23, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a qual define critérios específicos para reconhecimento, mensuração e provisão de risco de crédito para instrumentos financeiros, trazendo os conceitos fundamentais da norma internacional IFRS 9 (CPC 48 – Instrumentos Financeiros). Os critérios contábeis oriundos desta resolução foram aplicados prospectivamente a partir de sua vigência, e seus efeitos de ajustes decorrentes das mudanças de metodologia de critérios contábeis foram registrados em contrapartida aos Lucros e Prejuízos acumulados, por seu saldo líquido de efeitos tributários. A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente. A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada para emissão pela Administração em 12 de agosto de 2026. As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.																																																																																																																																																																																																																									
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS																																																																																																																																																																																																																									
3.1 Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. 3.1.1 Ativos financeiros: 3.1.1.1 Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia mensura seus instrumentos financeiros pelo preço da transação ou pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis individualmente à operação são acrescidos ao valor inicial (ou deduzidos, no caso de passivos), exceto para os instrumentos mensurados ao valor justo por meio do resultado. 3.1.1.2 Classificação dos ativos financeiros: Os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias: • Custo amortizado ("CA"): quando o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"): quando o ativo financeiro é gerido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto a venda do ativo financeiro, com transferência substancial de riscos e benefícios, sendo os fluxos constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. • Valor justo por meio do resultado ("VJR"): utilizada para ativos financeiros que não atendem aos critérios descritos acima. A categoria depende do modelo de negócios no qual os ativos financeiros são administrados e das características de seus fluxos de caixa. O modelo de negócio é um documento formal que descreve como a Companhia gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. Ele reflete a gestão conjunta de grupos de ativos para alcançar um objetivo específico, independentemente da intenção sobre um instrumento individual. Para que um contrato seja alocado em uma categoria de mensuração que não seja a de "Valor justo por meio do resultado", ele deve ser aprovado no Teste de SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros). Esse teste avalia se os fluxos de caixa de um ativo financeiro se limitam a pagamentos de principal e juros. A aprovação no teste depende das características e termos contratuais do ativo. Caso os fluxos de caixa não representem exclusivamente pagamentos de principal e juros, o ativo não passa no teste e, independentemente do modelo de negócio, sua mensuração é restrita à categoria de VJR. A Companhia realizou a análise de suas carteiras, com o objetivo de identificar os modelos de negócios existentes, bem como as características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos financeiros. 3.1.2 Passivos financeiros: 3.1.2.1 Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso. Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pela Companhia são os instrumentos financeiros derivativos que são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. 3.1.2.2 Mensuração subsequente: A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: 3.1.2.3 Passivos financeiros ao VJR: Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação ou designados no reconhecimento inicial como ao VJR, conforme abaixo: a) Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado; b) Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado; c) Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa; d) Garantia financeira: maior entre a provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica; e) Contratos híbridos. Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são classificados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos, considerando as devidas adaptações da Resolução BCB nº 352/23. 3.1.2.4 Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros classificados nesta categoria são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros. O custo amortizado é calculado considerando qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos integrantes do método da taxa efetiva de juros. A amortização pelo método da taxa efetiva de juros é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. 3.1.2.5 Mensuração do valor justo: Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação. A mensuração dos valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado, e modelos de avaliação. A Companhia utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, conforme determinado em política interna ou manual de marcação da Companhia, considerando dados observáveis no mercado. Para instrumentos financeiros mais complexos, a Companhia utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado, conforme determinado em política ou manual de marcação. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado, e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas. Os ajustes de avaliação são registrados para levar em conta, considerando principalmente, os riscos dos modelos, as diferenças entre o valor contábil e o valor presente, os riscos de liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço. Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir: Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços). Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). 3.1.3 Taxa efetiva de juros: A Resolução BCB nº 352/23 estabelece, dentre outros, os requerimentos para apropriação de receita e encargos. Segundo a normativa, as receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, pro rata temporis, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, que deve ser determinada pela taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. Em outras palavras, a taxa efetiva de juros reflete a taxa contratual acrescida dos custos e receitas de transação ligadas à aquisição, origemação ou emissão do instrumento financeiro e que possam ser apurados e controlados de forma individual, sem uso de rateio, durante todo o prazo do instrumento – que serão apropriados ao longo do tempo da operação. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes utilizam o método de juros efetivos para calcular a receita ou despesa de juros, considerando aspectos de materialidade dos custos de transação na origemação. Não identificamos receitas e despesas atribuíveis diretamente à aquisição, à origemação ou à emissão do instrumento ou outros custos incrementais, assim considerados os custos nos quais a Companhia não incorreria caso não tivesse adquirido, originado ou emitido o instrumento financeiro, sendo assim, a própria taxa da operação é a taxa efetiva de juros. 3.1.4 Operações renegociadas e/ou reestruturadas: A Resolução BCB nº 352/23 apresenta os seguintes conceitos em relação a reestruturações e renegociações: Renegociação: acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 não houve instrumentos financeiros renegociados. No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, o instrumento financeiro deve ser reavaliado para que passe a representar o																																																																																																																																																																																																																									
<table><tr><th></th><th>Nota</th><th>Semestre findo em 30/06/2026</th><th>Semestre findo em 30/06/2025</th></tr><tr><td>Lucro líquido do período</td><td></td><td>867.035</td><td>433.718</td></tr><tr><td>Outros resultados abrangentes</td><td></td><td>(6.773)</td><td>30.438</td></tr><tr><td>Itens que serão reclassificados para o resultado</td><td></td><td>(6.773)</td><td>30.438</td></tr><tr><td>Ganho não realizado de hedge de fluxo de caixa</td><td></td><td>(10.940)</td><td>46.119</td></tr><tr><td>Efeito tributário sobre item acima</td><td></td><td>4.167</td><td>(15.681)</td></tr><tr><td>Resultado abrangente do período</td><td></td><td>860.262</td><td>464.156</td></tr></table>											Nota	Semestre findo em 30/06/2026	Semestre findo em 30/06/2025	Lucro líquido do período		867.035	433.718	Outros resultados abrangentes		(6.773)	30.438	Itens que serão reclassificados para o resultado		(6.773)	30.438	Ganho não realizado de hedge de fluxo de caixa		(10.940)	46.119	Efeito tributário sobre item acima		4.167	(15.681)	Resultado abrangente do período		860.262	464.156																																																																																																																																																																																				
	Nota	Semestre findo em 30/06/2026	Semestre findo em 30/06/2025																																																																																																																																																																																																																						
Lucro líquido do período		867.035	433.718																																																																																																																																																																																																																						
Outros resultados abrangentes		(6.773)	30.438																																																																																																																																																																																																																						
Itens que serão reclassificados para o resultado		(6.773)	30.438																																																																																																																																																																																																																						
Ganho não realizado de hedge de fluxo de caixa		(10.940)	46.119																																																																																																																																																																																																																						
Efeito tributário sobre item acima		4.167	(15.681)																																																																																																																																																																																																																						
Resultado abrangente do período		860.262	464.156																																																																																																																																																																																																																						
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.																																																																																																																																																																																																																									
Demonstração dos Fluxos de Caixa – Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 (Em Milhares de Reais)																																																																																																																																																																																																																									
<table><tr><th></th><th>Nota</th><th>Semestre findo em 30/06/2026</th><th>Semestre findo em 30/06/2025</th></tr><tr><td>Lucro líquido do período</td><td></td><td>867.035</td><td>433.718</td></tr><tr><td>Ajustes ao lucro líquido:</td><td></td><td>239.133</td><td>1.128.709</td></tr><tr><td>Depreciação e amortização</td><td>11/12/13</td><td>304.548</td><td>237.194</td></tr><tr><td>Imposto de renda e contribuição social diferidos</td><td>10.3</td><td>(413.451)</td><td>31.193</td></tr><tr><td>Resultado de participação em controladas</td><td>11.2</td><td>(1.572.157)</td><td>(169.970)</td></tr><tr><td>Resultado financeiro, líquido</td><td></td><td>1.513.131</td><td>1.147.291</td></tr><tr><td>Provisão para outras perdas esperadas</td><td></td><td>17.503</td><td>21.757</td></tr><tr><td>Provisão para contingências</td><td>17.2</td><td>63.054</td><td>42.907</td></tr><tr><td>Provisão para perda esperada de transações de pagamento</td><td>6.2.1.2</td><td>209.380</td><td>31.189</td></tr><tr><td>Provisão para perdas operacionais</td><td>26</td><td>3.469</td><td>(2.903)</td></tr><tr><td>Perda na baixa e alienação de bens</td><td>30.1</td><td>1.686</td><td>(19.394)</td></tr><tr><td>Varição cambial, líquida</td><td></td><td>(453)</td><td>12.823</td></tr><tr><td>Pagamento baseado em ações</td><td>32.4</td><td>66.412</td><td>82.815</td></tr><tr><td>Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</td><td></td><td>46.011</td><td>(286.193)</td></tr><tr><td>Variações nos ativos e passivos</td><td></td><td>(5.053.785)</td><td>(14.331.865)</td></tr><tr><td>Depósitos no Banco Central</td><td></td><td>1.390.926</td><td>6.244.555</td></tr><tr><td>Títulos e valores mobiliários</td><td></td><td>(5.511.524)</td><td>(14.683.575)</td></tr><tr><td>Instrumentos financeiros derivativos</td><td></td><td>(108.754)</td><td>69.176</td></tr><tr><td>Contas a receber de emissores</td><td></td><td>4.807.203</td><td>(5.812.101)</td></tr><tr><td>Contas a receber de emissores vinculadas a cessão</td><td></td><td>425.544</td><td>166.728</td></tr><tr><td>Rendas a receber</td><td></td><td>60.878</td><td>(79.973)</td></tr><tr><td>Pagamentos de contingências</td><td></td><td>(42.561)</td><td>(29.465)</td></tr><tr><td>Despesas antecipadas</td><td></td><td>(58.988)</td><td>(46.257)</td></tr><tr><td>Outros ativos financeiros</td><td></td><td>(407.451)</td><td>(4.103)</td></tr><tr><td>Outros ativos fiscais</td><td></td><td>(2.641)</td><td>63.570</td></tr><tr><td>Outros ativos não financeiros</td><td></td><td>(1.700)</td><td>(24.864)</td></tr><tr><td>Depósitos</td><td></td><td>(1.547.409)</td><td>(6.326.943)</td></tr><tr><td>Valores a repassar a estabelecimentos</td><td></td><td>357.676</td><td>(2.696.101)</td></tr><tr><td>Obrigações fiscais</td><td></td><td>257.802</td><td>(28.021)</td></tr><tr><td>Obrigações vinculadas a cessão</td><td></td><td>(254.191)</td><td>29.247</td></tr><tr><td>Obrigações vinculadas a sub-rogação</td><td></td><td>(3.080.156)</td><td>10.042.025</td></tr><tr><td>Juros pagos</td><td></td><td>(841.231)</td><td>(768.921)</td></tr><tr><td>Juros com cessão de recebíveis</td><td></td><td>(1.051.120)</td><td>(1.317.422)</td></tr><tr><td>Juros recebidos</td><td></td><td>674.236</td><td>1.052.299</td></tr><tr><td>Imposto de renda e contribuição social pagos</td><td></td><td>(4.185)</td><td>(57.769)</td></tr><tr><td>Outros passivos financeiros</td><td></td><td>17.471</td><td>(3.106)</td></tr><tr><td>Outros passivos não financeiros</td><td></td><td>(123.611)</td><td>(120.844)</td></tr><tr><td>Caixa líquido das atividades operacionais</td><td></td><td>(3.947.983)</td><td>(12.769.438)</td></tr><tr><td>Aquisição de imobilizado</td><td>30.1</td><td>(392.420)</td><td>(806.833)</td></tr><tr><td>Valor recebido pela venda de imobilizado</td><td>30.1</td><td>26.340</td><td>43.936</td></tr><tr><td>Aquisição de ativos intangíveis</td><td>30.1</td><td>(8.203)</td><td>(25.118)</td></tr><tr><td>Dividendos recebidos de controladas e coligadas</td><td>11</td><td>481.597</td><td>—</td></tr><tr><td>Aquisição de subsidiária</td><td>11.3</td><td>(3.340.768)</td><td>—</td></tr><tr><td>Redução (aumento) de capital em subsidiárias</td><td>11</td><td>(2.906)</td><td>(32.356)</td></tr><tr><td>Caixa líquido das atividades de investimento</td><td></td><td>(3.236.360)</td><td>(820.371)</td></tr><tr><td>Captação de empréstimos</td><td>14</td><td>45.047.123</td><td>26.672.872</td></tr><tr><td>Pagamento de empréstimos</td><td>14</td><td>(37.205.533)</td><td>(13.328.546)</td></tr><tr><td>Caixa líquido das atividades de financiamento</td><td></td><td>7.841.590</td><td>13.344.326</td></tr><tr><td>Varição cambial de caixa e equivalentes de caixa</td><td></td><</tr></table>		Nota	Semestre findo em 30/06/2026	Semestre findo em 30/06/2025	Lucro líquido do período		867.035	433.718	Ajustes ao lucro líquido:		239.133	1.128.709	Depreciação e amortização	11/12/13	304.548	237.194	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.3	(413.451)	31.193	Resultado de participação em controladas	11.2	(1.572.157)	(169.970)	Resultado financeiro, líquido		1.513.131	1.147.291	Provisão para outras perdas esperadas		17.503	21.757	Provisão para contingências	17.2	63.054	42.907	Provisão para perda esperada de transações de pagamento	6.2.1.2	209.380	31.189	Provisão para perdas operacionais	26	3.469	(2.903)	Perda na baixa e alienação de bens	30.1	1.686	(19.394)	Varição cambial, líquida		(453)	12.823	Pagamento baseado em ações	32.4	66.412	82.815	Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		46.011	(286.193)	Variações nos ativos e passivos		(5.053.785)	(14.331.865)	Depósitos no Banco Central		1.390.926	6.244.555	Títulos e valores mobiliários		(5.511.524)	(14.683.575)	Instrumentos financeiros derivativos		(108.754)	69.176	Contas a receber de emissores		4.807.203	(5.812.101)	Contas a receber de emissores vinculadas a cessão		425.544	166.728	Rendas a receber		60.878	(79.973)	Pagamentos de contingências		(42.561)	(29.465)	Despesas antecipadas		(58.988)	(46.257)	Outros ativos financeiros		(407.451)	(4.103)	Outros ativos fiscais		(2.641)	63.570	Outros ativos não financeiros		(1.700)	(24.864)	Depósitos		(1.547.409)	(6.326.943)	Valores a repassar a estabelecimentos		357.676	(2.696.101)	Obrigações fiscais		257.802	(28.021)	Obrigações vinculadas a cessão		(254.191)	29.247	Obrigações vinculadas a sub-rogação		(3.080.156)	10.042.025	Juros pagos		(841.231)	(768.921)	Juros com cessão de recebíveis		(1.051.120)	(1.317.422)	Juros recebidos		674.236	1.052.299	Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.185)	(57.769)	Outros passivos financeiros		17.471	(3.106)	Outros passivos não financeiros		(123.611)	(120.844)	Caixa líquido das atividades operacionais		(3.947.983)	(12.769.438)	Aquisição de imobilizado	30.1	(392.420)	(806.833)	Valor recebido pela venda de imobilizado	30.1	26.340	43.936	Aquisição de ativos intangíveis	30.1	(8.203)	(25.118)	Dividendos recebidos de controladas e coligadas	11	481.597	—	Aquisição de subsidiária	11.3	(3.340.768)	—	Redução (aumento) de capital em subsidiárias	11	(2.906)	(32.356)	Caixa líquido das atividades de investimento		(3.236.360)	(820.371)	Captação de empréstimos	14	45.047.123	26.672.872	Pagamento de empréstimos	14	(37.205.533)	(13.328.546)	Caixa líquido das atividades de financiamento		7.841.590	13.344.326	Varição cambial de caixa e equivalentes de caixa																				
	Nota	Semestre findo em 30/06/2026	Semestre findo em 30/06/2025																																																																																																																																																																																																																						
Lucro líquido do período		867.035	433.718																																																																																																																																																																																																																						
Ajustes ao lucro líquido:		239.133	1.128.709																																																																																																																																																																																																																						
Depreciação e amortização	11/12/13	304.548	237.194																																																																																																																																																																																																																						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.3	(413.451)	31.193																																																																																																																																																																																																																						
Resultado de participação em controladas	11.2	(1.572.157)	(169.970)																																																																																																																																																																																																																						
Resultado financeiro, líquido		1.513.131	1.147.291																																																																																																																																																																																																																						
Provisão para outras perdas esperadas		17.503	21.757																																																																																																																																																																																																																						
Provisão para contingências	17.2	63.054	42.907																																																																																																																																																																																																																						
Provisão para perda esperada de transações de pagamento	6.2.1.2	209.380	31.189																																																																																																																																																																																																																						
Provisão para perdas operacionais	26	3.469	(2.903)																																																																																																																																																																																																																						
Perda na baixa e alienação de bens	30.1	1.686	(19.394)																																																																																																																																																																																																																						
Varição cambial, líquida		(453)	12.823																																																																																																																																																																																																																						
Pagamento baseado em ações	32.4	66.412	82.815																																																																																																																																																																																																																						
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		46.011	(286.193)																																																																																																																																																																																																																						
Variações nos ativos e passivos		(5.053.785)	(14.331.865)																																																																																																																																																																																																																						
Depósitos no Banco Central		1.390.926	6.244.555																																																																																																																																																																																																																						
Títulos e valores mobiliários		(5.511.524)	(14.683.575)																																																																																																																																																																																																																						
Instrumentos financeiros derivativos		(108.754)	69.176																																																																																																																																																																																																																						
Contas a receber de emissores		4.807.203	(5.812.101)																																																																																																																																																																																																																						
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão		425.544	166.728																																																																																																																																																																																																																						
Rendas a receber		60.878	(79.973)																																																																																																																																																																																																																						
Pagamentos de contingências		(42.561)	(29.465)																																																																																																																																																																																																																						
Despesas antecipadas		(58.988)	(46.257)																																																																																																																																																																																																																						
Outros ativos financeiros		(407.451)	(4.103)																																																																																																																																																																																																																						
Outros ativos fiscais		(2.641)	63.570																																																																																																																																																																																																																						
Outros ativos não financeiros		(1.700)	(24.864)																																																																																																																																																																																																																						
Depósitos		(1.547.409)	(6.326.943)																																																																																																																																																																																																																						
Valores a repassar a estabelecimentos		357.676	(2.696.101)																																																																																																																																																																																																																						
Obrigações fiscais		257.802	(28.021)																																																																																																																																																																																																																						
Obrigações vinculadas a cessão		(254.191)	29.247																																																																																																																																																																																																																						
Obrigações vinculadas a sub-rogação		(3.080.156)	10.042.025																																																																																																																																																																																																																						
Juros pagos		(841.231)	(768.921)																																																																																																																																																																																																																						
Juros com cessão de recebíveis		(1.051.120)	(1.317.422)																																																																																																																																																																																																																						
Juros recebidos		674.236	1.052.299																																																																																																																																																																																																																						
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.185)	(57.769)																																																																																																																																																																																																																						
Outros passivos financeiros		17.471	(3.106)																																																																																																																																																																																																																						
Outros passivos não financeiros		(123.611)	(120.844)																																																																																																																																																																																																																						
Caixa líquido das atividades operacionais		(3.947.983)	(12.769.438)																																																																																																																																																																																																																						
Aquisição de imobilizado	30.1	(392.420)	(806.833)																																																																																																																																																																																																																						
Valor recebido pela venda de imobilizado	30.1	26.340	43.936																																																																																																																																																																																																																						
Aquisição de ativos intangíveis	30.1	(8.203)	(25.118)																																																																																																																																																																																																																						
Dividendos recebidos de controladas e coligadas	11	481.597	—																																																																																																																																																																																																																						
Aquisição de subsidiária	11.3	(3.340.768)	—																																																																																																																																																																																																																						
Redução (aumento) de capital em subsidiárias	11	(2.906)	(32.356)																																																																																																																																																																																																																						
Caixa líquido das atividades de investimento		(3.236.360)	(820.371)																																																																																																																																																																																																																						
Captação de empréstimos	14	45.047.123	26.672.872																																																																																																																																																																																																																						
Pagamento de empréstimos	14	(37.205.533)	(13.328.546)																																																																																																																																																																																																																						
Caixa líquido das atividades de financiamento		7.841.590	13.344.326																																																																																																																																																																																																																						
Varição cambial de caixa e equivalentes de caixa																																																																																																																																																																																																																									

... continuação															
eventuais valores recebidos na reestruturação do instrumento. A diferença resultante da reavaliação mencionada no caput deve ser reconhecida no resultado do período em que ocorrer a reestruturação. Atualmente a Companhia não possui custos ou receitas adicionais quando da reestruturação de um contrato. 3.1.5 Provisão para perdas esperadas de ativos financeiros: A Companhia realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela metodologia completa, de acordo com os critérios da Resolução BCB nº 352/23. A provisão para perdas esperadas deve respeitar os mínimos dispostos pelo normativo, que estabelece que os instrumentos financeiros devem ser classificados em carteiras de C1 a C5 – de acordo com as características da operação de crédito e garantias prestadas, considerando o aumento significativo do risco de crédito. A Resolução BCB nº 352/23 define que as operações devem ser classificadas nos estágios 1, 2 e 3, sendo a métrica de alocação em cada estágio conforme segue: Estágio 1: Operações em curso normal – quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos; a Companhia reconhece uma provisão baseada em uma perda esperada para os próximos 12 meses. Aplicável aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito. Estágio 2: Operações com aumento significativo no risco de crédito. Aplicável quando há atraso superior a 30 dias no pagamento, ou instrumento com aumento de risco baseado na comparação da Probabilidade de Default (“PD”) inicial e a PD corrente. Um instrumento financeiro migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Estágio 3: Operações com atraso superior a 90 dias ou classificadas como ativo problemático, conforme indicadores qualitativos de deterioração na qualidade de crédito, como reestruturação ou processo de recuperação judicial. São classificados neste estágio: os ativos financeiros inadimplidos (mais de 90 dias de atraso), aqueles que tenham indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais e os ativos financeiros reestruturados. Estes instrumentos têm seu reconhecimento de receitas suspenso (<i>stop-accrual</i>), sendo contabilizadas apenas no seu recebimento, pelo regime de caixa. Essa abordagem também se aplica a possíveis ganhos obtidos nas reestruturações. Além disto, para ativos inadimplidos (atraso maior que 90 dias) que fazem parte do estágio 3, é constituída provisão para perdas incorridas, como um componente da provisão para perdas esperadas. Essa provisão é calculada com base em percentuais, de acordo com as carteiras (C1 à C5) e as faixas de atraso estipuladas na Resolução BCB nº 352/23. Atualmente, a totalidade de contas a receber de emissores da Companhia está classificada na carteira C2. Para os ativos inadimplidos com atraso superior a 90 dias (estágio 3), a perda incorrida é apurada conforme os percentuais estabelecidos no anexo da Resolução BCB nº 352/23, de acordo com a respectiva faixa de atraso. A despesa de provisão desse caso compõe o saldo da linha de Provisão para perda esperada de transações de pagamento na demonstração do resultado. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco (cural), resultando no retorno do reconhecimento de receitas (accrual) para os instrumentos do estágio 3 e reversões de provisão. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação. No caso de recuperações subsequentes ou reestruturações de ativos financeiros previamente baixados, os valores recuperados são creditados na demonstração do resultado até o limite do valor baixado anteriormente. Os ativos são então alocados no terceiro estágio, com provisão para perdas esperadas igual a totalidade do valor do instrumento. Os ganhos provenientes da reestruturação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos, independentemente de serem operações ativas ou recuperadas de prejuízo. 3.1.6 Ativo problemático e Stop accrual: A Resolução BCB nº 352/23 estabelece que um ativo é classificado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Além disso, a referida resolução, no Art.17, proíbe o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento conhecido como <i>Stop Accrual</i> . 3.1.7 Metodologia de perda esperada: A Companhia adota a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23. A metodologia é baseada nos parâmetros PD (Probabilidade de Inadimplência), LGD (Perda Dada a Inadimplência) e EAD (Exposição na Inadimplência), CCF (fator de conversão de crédito) e <i>Forward Looking</i> , fator este que ajusta a PD em função de variáveis e cenários macroeconômicos. O parâmetro PD, para operações em estágio 2, é ajustado ao prazo da operação, sendo denominado <i>PD Lifetime</i> . 3.1.8 Baixa do ativo financeiro: As operações serão baixadas para prejuízo se estiverem classificadas como Estágio 3 e não houver expectativa de sua recuperação. De acordo com estudos internos a Companhia, definiu a baixa para o <i>write-off</i> (período de reconhecimento de não-recuperação do valor) para cada caso de cliente marcado como problemático. 3.2 Instrumentos financeiros derivativos: Conforme estabelecido na Resolução BCB nº 352/23, as novas regras para contabilidade de hedge, somente serão implementadas em 2027. Desta forma, a Companhia realizou somente estudos de diagnóstico de impactos técnicos sobre essas estruturas de proteção. A Companhia está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02, até a entrada das novas regras de hedge em 2027. 3.3 Mensuração de rendimentos – convergência ao CPC 06 (R2) Em 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução BCB nº 178/22 com alterações através da Resolução BCB nº 391/24 que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas instituições de pagamentos. Na adoção dessa norma, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento, seguindo os princípios do CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Estão sendo utilizadas também as seguintes isenções de reconhecimento: • A contabilização de arrendamentos com um prazo remanescente de menos de 12 meses como arrendamentos de curto prazo; • A contabilização de arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor. Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário. A adoção da norma foi prospectiva, e a Companhia não detectou impactos relevantes em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025. 3.4 Apuração do resultado: 3.4.1 Receitas operacionais: As receitas operacionais são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, apurada em conformidade com o regime de competência e apresentada líquida de cancelamentos, descontos comerciais e outras deduções similares, assim como líquida dos impostos diretamente incidentes. Estão assim representadas na demonstração do resultado: • “Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços”; refere-se à captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, sendo apropriadas ao resultado da Companhia, líquida das taxas de repasse aos bancos emissores e às bandeiras, na data do processamento das transações; • “Receita líquida de aluguel de equipamentos”: refere-se às rendas de aluguel de equipamentos, representadas pelo montante recebido dos estabelecimentos credenciados ao sistema da Stone IP, a título de aluguel, pela disponibilização dos equipamentos de captura das transações com cartões. A receita é contabilizada de forma linear no mês de competência do aluguel; e • “Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento”: refere-se às rendas pelas antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, mensuradas pela diferença entre o valor original a pagar aos estabelecimentos e o valor efetivamente antecipado. 3.4.2 Resultado bruto da intermediação financeira: • “Resultado de depósitos no Banco Central e títulos e valores mobiliários”: receita de juros e ganhos ou perdas provenientes dos saldos de depósitos do Banco Central e títulos e valores mobiliários; • “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”: ganhos e perdas relacionados às operações de hedge de risco de mercado, e à parcela inefetiva das operações de hedge de fluxo de caixa; • “Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros”: registro das despesas relativas às obrigações assumidas em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que não foram baixados, integral ou proporcionalmente, apropriadas pela taxa efetiva da operação em função do prazo remanescente; • “Despesas com operações de empréstimos”: despesa de juros incorridos das obrigações por empréstimos assumidas pela Companhia. 3.5 Custos para obtenção dos contratos: A Companhia incorre em certos custos para obtenção dos contratos que são capitalizados no início da transação. O custo compreende principalmente comissões aos vendedores para obter um contrato e custos logísticos para cumprir um contrato. O ativo reconhecido é amortizado linearmente durante a vida útil esperada do relacionamento com o estabelecimento, correspondente ao tempo médio em que os estabelecimentos permanecem na base de clientes da Companhia. 3.6 Resultado não recorrente: Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No semestre findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve resultado classificado como não recorrente. 3.7 Normas e interpretações que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026: 3.7.1 Resolução BCB nº 352/23, art. 95-A e 98: Conforme facultado pelo art. 95-A da Resolução BCB nº 352/23, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, será aplicado a partir de 1º de janeiro de 2027. Conforme determinado pelo art. 98 da Resolução BCB nº 352/23, as operações de hedge serão reclassificadas a partir de 1º de janeiro de 2027, para as seguintes novas categorias: • Hedge de valor justo, quando destinados à proteção da exposição a alterações no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme não reconhecido; • Hedge de fluxo de caixa, quando destinados à proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, ou ao risco de moeda estrangeira; • Hedge de um investimento líquido em uma operação no exterior. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. 3.7.2 Resolução BCB nº 435/24: Adoção da Resolução BCB nº 435/24 – Pronunciamento de Sustentabilidade – CBPS, que dispõe sobre a divulgação, como parte integrante das demonstrações financeiras, do relatório de informações financeiras relacionadas à Sustentabilidade – CBPS 01 e CBPS 02, com a obrigatoriedade de divulgação a partir do exercício de 2028. Os impactos para o atendimento a esta norma estão sendo avaliados, para fins do Conglomerado Prudencial do qual a Stone IP é líder. 3.7.3 Lei Complementar nº 214/2025 e nº 227/2026: Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”), a Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”) e o Imposto Seletivo (“IS”), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo. Em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227, derivada do PLP nº 108/2024, que dispõe sobre a criação do Comitê Gestor do IBS (“CGIBS”) estabelece regras gerais para sua administração, fiscalização, arrecadação e distribuição da receita do imposto. A norma também definiu as alíquotas do IBS/CBS aplicáveis aos serviços financeiros entre 2027 e 2033, prevendo aumento progressivo de 10,85% para 12,50%. Para as tarifas atualmente sujeitas ao ISS, está prevista, no mesmo período, uma redução da alíquota de 2% para 1,2%. A Administração está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos.															
4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA															
4.1 Políticas contábeis: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.															
4.2 Saldos															
Disponibilidades – em moeda nacional		30/06/2026	31/12/2025												
		1.994.500	1.330.455												
Disponibilidades – em moeda estrangeira		5.240	9.231												
		1.999.740	1.339.686												
5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS															
A política contábil sobre ativos e passivos financeiros está apresentada na Nota 3.1															
5.1 Saldos															
Letra Financeira do Tesouro (“LFT”)		30/06/2026	31/12/2025												
		114	2.872												
Títulos públicos		114	2.872												
FIDC TAPSO ^(a)		31.822.555	26.522.489												
FIDC SOMA III ^(b)		1.806.481	1.604.968												
FIDC ACR I ^(c)		221.002	208.299												
Cotas de fundos de investimento		33.850.038	28.335.756												
		33.850.152	28.338.628												
(a) O TAPSO Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC TAPSO”) iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2016, com o objetivo de antecipar a carteira de recebíveis provenientes das transações a crédito realizadas pelos estabelecimentos comerciais. O FIDC TAPSO pertence 100% ao Grupo StoneCo e suas controladas. (b) Em maio de 2024, a Stone IP adquiriu cotas do SOMA III Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC SOMA III”), que tem como objetivo adquirir cédulas de crédito bancário devidas por estabelecimentos comerciais clientes da Stone IP. O FIDC SOMA III pertence 100% ao Grupo StoneCo e suas controladas. Em 01 de janeiro de 2025, as cotas do FIDC SOMA III foram impactadas pela adoção da Resolução BCB nº 352/23 em R\$ (32.048). (c) O FIDC ACR I foi constituído em 2023 com o objetivo de prover a antecipação do contas a receber de arranjo de pagamentos da Stone IP. As cotas subordinadas do FIDC ACR I pertencem 100% ao Grupo StoneCo e suas controladas. As aplicações em cotas de fundos de investimento referem-se a fundos de investimento em direitos creditórios (“FIDC” ou, coletivamente “FIDCs”). Os FIDCs são administrados e custodiados pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e pelo Banco Genial S.A. Os FIDCs devem manter, após 90 dias do início das atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios elegíveis. As demonstrações financeiras dos FIDCs são elaboradas a partir das demonstrações financeiras estatutárias, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo ajustadas para as práticas contábeis determinadas pelo BACEN, cujo principal ajuste refere-se à provisão para perda esperada. Apesar da duração dos FIDCs ser de 20 anos ou duração indeterminada e suas cotas não possuem vencimento, o prazo de recebimento dos seus recebíveis é substancialmente menor do que 12 meses. 5.2 Instrumentos financeiros derivativos: 5.2.1 Hedge de fluxo de caixa: A Companhia utiliza a contabilidade de hedge para se proteger contra futuras flutuações de fluxo de caixa decorrentes da exposição a riscos específicos, como variações nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. A contabilidade de hedge de fluxo de caixa é aplicada quando a relação de hedge atende aos critérios exigidos pelas normas de contabilidade de hedge, incluindo a devida documentação no momento em que o hedge é contratado, desde que seja considerado altamente efetivo, ao longo do tempo, na mitigação do risco de flutuações nos fluxos de caixa. A Companhia revisa regularmente a efetividade dos hedges para garantir que os ganhos ou perdas nos instrumentos de hedge sejam contabilizados de forma apropriada. Qualquer inefetividade identificada no hedge é imediatamente reconhecida no resultado do período, em “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”. Dependendo do instrumento e do risco coberto, alguns dos instrumentos financeiros derivativos são utilizados como instrumentos de hedge de fluxo de caixa. A parcela efetiva dos ganhos ou perdas resultantes das alterações no valor justo desses derivativos é geralmente reconhecida no patrimônio líquido, em “Outros resultados abrangentes”. Para os derivativos classificados na categoria de hedge accounting existe a identificação documental com as informações detalhadas das operações e os riscos envolvidos, a efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e/ou retrospectiva, bem como a marcação a mercado dos instrumentos e dos objetos de hedge, conforme determina a Circular nº 3.082/02. Os testes prospectivo e retrospectivo realizados em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 não identificaram nenhuma inefetividade nas estruturas de hedge accounting da Companhia. 5.2.2 Hedge econômico: A Companhia realiza determinadas operações de hedge para mitigar riscos financeiros específicos, como flutuações em moedas estrangeiras e taxas de juros. Algumas dessas operações não são formalmente designadas para a contabilidade de hedge. Embora esses derivativos sejam utilizados para gerir riscos econômicos, as mudanças em seu valor justo são reconhecidas diretamente no resultado do período, sem a aplicação dos tratamentos contábeis específicos da contabilidade de hedge. Isso significa que os ganhos e perdas gerados por esses instrumentos são integralmente reconhecidos no resultado à medida que ocorrem, refletindo as variações no valor justo dos derivativos. A decisão de não aplicar a contabilidade de hedge a essas operações pode estar a fatores como o custo administrativo da documentação formal exigida pelas normas de contabilidade de hedge, a natureza dos instrumentos ou a flexibilidade operacional desejada. Ainda assim, a Companhia continua monitorando esses instrumentos para garantir que seu uso esteja alinhado com a estratégia geral de gestão de riscos. 5.2.3 Saldos: A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar suas exposições a riscos de mercado. As contrapartes nestas operações são exclusivamente instituições financeiras de primeira linha, locais e internacionais.															
Indexador de referência		Notional	30/06/2026 (valor justo)	Passivo (valor justo)	Valor líquido										
Hedge de fluxo de caixa															
Swap de taxa de câmbio		Dólar	2.181.534	–	(75.448)	(75.448)									
Hedge de valor justo															
Swap de taxa de juros		CDI	800.000	–	(6.000)	(6.000)									
Hedge econômico															
Swap de taxa de juros		CDI	2.680.685	1.144	(174.109)	(172.965)									
			5.662.219	1.144	(255.557)	(254.413)									
6.2.1.1 Valor contábil bruto por estágios															
Estágio 1		Saldo em 31/12/2025	Aquisição/(Liquidação)	Transferência p/ Estágio 2	Transferência p/ Estágio 3	Cura do Estágio 2	Cura do Estágio 3	Saldo em 30/06/2026							
Contas a receber de emissores		39.247.788	(3.646.190)	(469.977)	–	–	–	35.131.621							
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão		2.670.380	(251.136)	–	–	–	–	2.419.244							
Total		41.918.168	(3.897.326)	(469.977)	–	–	–	37.550.865							
Estágio 2		Saldo em 31/12/2025	Aquisição/(Liquidação)	Transferência p/ Estágio 3	Cura para Estágio 1	Transferência do Estágio 1	Cura do Estágio 3	Saldo em 30/06/2026							
Contas a receber de emissores		–	(37)	(469.940)	–	469.977	–	–							
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão		–	–	–	–	469.977	–	–							
Total		–	(37)	(469.940)	–	469.977	–	–							
Estágio 3		Saldo em 31/12/2025	Aquisição/(Liquidação)	Cura para Estágio 1	Cura para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Saldo em 30/06/2026							
Contas a receber de emissores		–	(19)	–	–	–	469.940	469.921							
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão		–	–	–	–	–	–	–							
Total		–	(19)	–	–	–	469.940	469.921							
Consolidado		Saldo em 31/12/2025	Aquisição/(Liquidação)	Saldo em 30/06/2026											
Contas a receber de emissores		39.247.788	(3.646.246)	35.601.542											
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão		2.670.380	(251.136)	2.419.244											
Total		41.918.168	(3.897.382)	38.020.786											
Consolidado		Saldo em 31/12/2024	Aquisição/(Liquidação)	Saldo em 30/06/2025											
Contas a receber de emissores		26.311.444	7.063.464	33.374.908											
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão		2.635.166	15.577	2.650.743											
Total		28.946.610	7.079.041	36.025.651											
6.2.1.2 Provisão para perda esperada por estágios															
Estágio 1		Saldo em 31/12/2025	(Aquisição)/Liquidação	Transferência p/ Estágio 2	Transferência p/ Estágio 3	Cura do Estágio 2	Cura do Estágio 3	Saldo em 30/06/2026							
Contas a receber de emissores		(70.952)	(16.091)	40.359	–	–	–	(46.684)							
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão		(3.914)	1.312	–	–	–	–	(2.602)							
Total		(74.866)	(14.779)	40.359	–	–	–	(49.286)							
Estágio 2		Saldo em 31/12/2025	(Aquisição)/Liquidação	Transferência p/ Estágio 3	Cura para Estágio 1	Transferência do Estágio 1	Cura do Estágio 3	Saldo em 30/06/2026							
Contas a receber de emissores		–	(16.278)	56.637	–	(40.359)	–	–							
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão		–	–	–	–	–	–	–							
Total		–	(16.278)	56.637	–	(40.359)	–	–							
Estágio 3		Saldo em 31/12/2025	(Aquisição)/Liquidação	Cura para Estágio 1	Cura para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Saldo em 30/06/2026							
Contas a receber de emissores		–	(178.323)	–	–	–	(56.637)	(234.960)							
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão		–	–	–	–	–	–	–							
Total		–	(178.323)	–	–	–	(56.637)	(234.960)							
Consolidado		Saldo em 31/12/2025	(Aquisição)/Liquidação	Saldo em 30/06/2026											
Contas a receber de emissores		(70.952)	(210.692)	(281.644)											
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão		(3.914)	1.312	(2.602)											

continua ...



... continuação												
Stone Instituição de Pagamentos S.A.												
13 INTANGÍVEL												
13.1 Políticas contábeis: Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. O custo de ativos intangíveis adquiridos corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados. A amortização dos ativos intangíveis é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: • Software – 20%. • Licenças de uso de bandeiras – 20%; • Marcas e patentes – 5%. 13.1.1 Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revisitos anualmente, exceto ativos fiscais diferidos, cuja realização é avaliada semestralmente.												
13.2 Movimentações												
		Saldo em 31/12/2025	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 30/06/2026						
Software		174.049	2.910	-	3.792	180.751						
Direito de concessão e operação		16.418	-	-	-	16.418						
Marcas e patentes		20	-	-	-	20						
Software em desenvolvimento		-	5.033 (1.034)	(3.792)	-	207						
Custo		190.487	7.943 (1.034)	-	-	197.396						
Software		(114.932)	(9.769)	-	-	(124.701)						
Marcas e patentes		(7)	(1)	-	-	(8)						
Amortização acumulada		(114.939)	(9.770)	-	-	(124.709)						
Intangível		75.548	(1.827)	(1.034)	-	72.687						
		Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2025							
Software		160.204	7.186	(3.055)	164.335							
Licenças de uso de bandeiras		5.674	-	(5.674)	-							
Direito de concessão e operação		-	-	16.418	16.418							
Marcas e patentes		20	-	-	20							
Direito sobre contrato de representação		726	-	-	726							
Custo		166.624	23.605 (8.729)	-	181.500							
Software		(94.289)	(10.966)	883 (104.372)	-							
Licenças de uso de bandeiras		(5.674)	-	5.674	-							
Direito de concessão e operação		-	(23)	-	(23)							
Marcas e patentes		(6)	(1)	-	(7)							
Direito sobre contrato de representação		(726)	-	-	(726)							
Amortização acumulada		(100.695)	(10.990)	6.557 (105.128)	-							
Intangível		65.929	12.615 (2.172)	-	76.372							
19.7 Outros resultados abrangentes: Outros resultados abrangentes ("ORA") representam os lucros ou prejuízos não reportados na demonstração do resultado, sendo apresentados separadamente nas demonstrações financeiras. Isto inclui transações e operações da Companhia que não são consideradas ganhos ou perdas realizadas. A tabela apresenta o saldo acumulado de cada categoria de ORA em 30 de junho de 2026:												
						Semestre findo em 30/06/2026	Semestre findo em 31/12/2025					
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado						(118.658)	(118.658)					
Ajustes de avaliação patrimonial						-	-					
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado						26.380	33.153					
Ganho não realizado de hedge de fluxo de caixa						(92.278)	(85.505)					
20 RECEITAS OPERACIONAIS												
						Semestre findo em 30/06/2026	Semestre findo em 30/06/2025					
Receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços						822.657	1.225.520					
Impostos sobre receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços						(89.832)	(143.023)					
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços						732.825	1.082.497					
Receita de aluguel de equipamentos						275.511	254.415					
Impostos sobre receita de aluguel de equipa-mentos						(25.485)	(23.533)					
Receita líquida de aluguel de equipamentos						250.026	230.882					
Receita por antecipação de obrigações de transa-ções de pagamento						674.236	1.052.299					
Impostos sobre receita por antecipação de obriga-ções de transações de pagamento						(30.917)	(64.891)					
Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento						643.319	987.408					
						1.626.170	2.300.787					
21 RESULTADO DE DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS												
						Semestre findo em 30/06/2026	Semestre findo em 30/06/2025					
Rendimento sobre cotas de fundos de investimento						2.577.739	2.439.314					
Rendimento sobre depósitos no Banco Central						453.367	530.640					
						3.031.106	2.969.954					
22 OPERAÇÕES DE VENDA OU DE TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS												
						Semestre findo em 30/06/2026	Semestre findo em 30/06/2025					
Cessão definitiva						(879.314)	(1.135.117)					
Cessão com retenção de riscos e benefícios						(171.806)	(182.305)					
						(1.051.120)	(1.317.422)					
23 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS												
						Semestre findo em 30/06/2026	Semestre findo em 30/06/2025					
Processamento de dados						(609.050)	(552.324)					
Despesas com serviços associados a transações de pagamento						(131.444)	(108.195)					
Recebimento, armazenagem e triagem de equipamentos						(74.893)	(97.902)					
Comunicações						(74.283)	(60.770)					
Reparos e manutenções						(73.457)	(28.139)					
Transportes						(42.378)	(56.425)					
Insumos e materiais						(27.412)	(26.665)					
Outros ^(a)						(37.513)	(27.657)					
						(1.070.430)	(958.077)					
(a) Referem-se principalmente a gastos diretamente atribuíveis ao funcionamento de Pin Pad e POS, tais como bobinas, acessórios etc. (a)												
24 DESPESAS DE PESSOAL												
						Semestre findo em 30/06/2026	Semestre findo em 30/06/2025					
Salários e proventos						(434.405)	(464.885)					
Encargos sociais						(145.261)	(141.853)					
Benefícios						(130.646)	(115.169)					
Pagamento baseado em ação (Nota 32)						(66.412)	(82.815)					
Treinamentos						(3.306)	(3.899)					
						(780.030)	(808.621)					
25 DESPESAS ADMINISTRATIVAS												
						Semestre findo em 30/06/2026	Semestre findo em 30/06/2025					
Publicidade, promoções e relações públicas						(267.791)	(250.826)					
Serviços técnicos especializados						(31.844)	(28.860)					
Processamento de dados						(17.488)	(25.253)					
Despesas tributárias ^(a)						(20.406)	(1.941)					
Transportes						(13.430)	(17.457)					
Viagens						(9.295)	(7.916)					
Despesas de seguros						(5.820)	(7.859)					
Serviços de vigilância e segurança						(2.814)	(4.587)					
Eventos internos						(3.610)	(1.564)					
Manutenção e conservação de bens						(2.846)	(7.938)					
Comunicações						(1.939)	(2.912)					
Serviços do sistema financeiro						(937)	(2.505)					
Outros						(415)	(449)					
						(386.912)	(370.226)					
(a) Referem-se principalmente a despesas de PIS e COFINS incidentes sobre resultado de aplicações financeiras de liquidez e títulos e valores mobiliários.												
26 DESPESAS DE PROVISÕES												
						Semestre findo em 30/06/2026	Semestre findo em 30/06/2025					
Provisão para contingências						(63.053)	(42.907)					
Reversão (provisão) para perdas operacionais						(3.470)	2.903					
						(66.523)	(40.004)					
27 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS												
						Semestre findo em 30/06/2026	Semestre findo em 30/06/2025					
Recuperação de perdas operacionais						63.898	11.415					
Variação monetária ativa						24.570	21.832					
Variação cambial ativa						767	1.920					
Descontos obtidos						133	217					
Outros						2.106	104					
						91.474	35.488					
28 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS												
						Semestre findo em 30/06/2026	Semestre findo em 30/06/					

... continuação				Stone Instituição de Pagamentos S.A.			
31 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS							
As partes relacionadas compreendem as empresas controladas do grupo, acionistas, pessoa-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa.							
Ativos	30/06/2026	31/12/2025					
Pagar.me S.A. (controlada)	13.740	16.461					
Rendas a receber	13.740	16.461					
Pagar.me S.A. (controlada)	63.820	64.875					
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	15.632	–					
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	6.995	–					
Stone Corporate SPE S.A. (controlada)	3.434	2.339					
Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (controlada)	3.054	2.564					
STNE Investimentos S.A. (controlador direto comum)	1.312	–					
Stone Serviços Financeiros S.A. (controladora)	294	5.999					
Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. (controlada)	337	–					
MNLT S.A. (controlada)	237	99					
DLPPar Participações S.A. (controlador direto)	–	1					
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 8) (a)	95.115	75.877					
Pagar.me S.A. (controlada)	–	1.143					
MNLT S.A. (controlada)	567	563					
Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. (controlada)	–	64					
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	–	90					
Dividendos a receber	567	1.860					
Passivos	30/06/2026	31/12/2025					
Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (controlada)	(30.193.842)	(23.264.513)					
Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	(1.504.102)	–					
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	(31.697.944)	(23.264.513)					
Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	(26.352.390)	(29.252.546)					
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	(150.000)	(330.000)					
Obrigações vinculadas a sub-rogação (b)	(26.502.390)	(29.582.546)					
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	(39.786)	(18.026)					
StoneCo Ltd.	(31.826)	–					
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	(10.493)	(5.780)					
Buy4 Sub LLC	(8.236)	–					
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	(3.819)	(4.275)					
Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. (controlada)	(824)	(3.956)					
Vitta Corretora de Seguros Ltda. (controlador final comum)	(640)	(302)					
Vitta Serviços em Saúde LTDA. (controladora final comum)	(23)	(35.560)					
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	–	(10.923)					
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (a)	–	(237)					
Vitta Serviços em Saúde Ltda. (controlador final comum)	–	(190)					
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)	–	(93)					
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	–	(87)					
Spotite Educação Ltda. (a)	–	(4)					
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 18)	(95.647)	(79.433)					
(a) Em 28 de fevereiro de 2026, foi concluída a transação de venda do Grupo Linx, que deixou de pertencer ao grupo da StoneCo, a partir desta data. Consequentemente, as entidades listadas sob o controle da Linx deixam de ser qualificadas como partes relacionadas da Companhia para fins de divulgação em períodos posteriores a fevereiro de 2026.							
Pagar.me S.A. (controlada)	(5.769.607)	(4.189.164)					
Valores a repassar a estabelecimentos (c)	(5.769.607)	(4.189.164)					
Pagar.me S.A. (controlada)	(2.992.108)	(105.831)					
Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (controlada)	(1.585.691)	(2.731.655)					
Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. (controlada)	(108.360)	(86.808)					
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	(79.058)	(18.058)					
TAG tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	(18.197)	(7.159)					
Stone Pay Meios de Pagamento Ltda. (controlada)	(7.778)	–					
Stone Impulse Ltda. (controlador final comum)	(6.997)	–					
SOMA III Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (controlador final comum)	(3.615)	(2.521)					
STNE Investimentos S.A. (controlador final comum)	(2.590)	–					
VHSYS Sistema de Gestão S.A. (pessoa chave da administração comum)	(1.786)	(1.639)					
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	(199)	(222)					
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	(70)	(69)					
Depósitos (d)	(4.806.449)	(2.953.962)					
Recargas	Semestre findo em 30/06/2026	Semestre findo em 30/06/2025					
Pagar.me S.A. (controlada)	36.259	213.466					
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	1.483	2.522					
Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. (controlada)	60	60					
Total (e)	37.802	216.048					
Despesas	Semestre findo em 30/06/2026	Semestre findo em 30/06/2025					
Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (controlada)	(1.381.941)	(997.940)					
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(364.391)	(398.283)					
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	(140.992)	(86.166)					
BUY4 LLC	(34.452)	–					
Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	(4.102)	–					
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	(240)	(300)					
Stone Corporate SPE S.A. (controlador final comum)	–	(4.800)					
Alpha Logo Serviços de Informática S.A. (controlador final comum)	–	(1.000)					
Dental Office S.A. (b)	–	(98)					
APP Sistemas S.A. (controlador final comum)	–	(74)					
Total (f)	(1.926.118)	(1.488.661)					
(b) Em 30 de abril de 2026, foi concluída a transação de venda da Dental Office S.A. As transações com partes relacionadas foram contratadas a preços compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das transações, levando-se em consideração a redução de risco. Principais operações com partes relacionadas: (a) Valores a receber de sociedades ligadas: Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os saldos referem-se substancialmente a raios de despesas compartilhadas. (b) Obrigações vinculadas a sub-rogação: Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o FIDC TAPSO e a Stone SCD, pagaram antecipadamente os valores decorrentes das transações de pagamento realizadas pela Stone IP aos estabelecimentos comerciais usuários finais recebedores, e se sub-roguou em seus direitos, se tornando os novos credores da Stone IP. Mediante solicitação, a Stone SCD paga antecipadamente os valores decorrentes das transações de pagamento realizadas pela Stone IP ou pela Pagar.me S.A. aos estabelecimentos comerciais usuários finais recebedores. O valor registrado refere-se à disponibilização de recurso pela Stone SCD para viabilizar a liquidação antecipada pela Stone IP ou Pagar.me, que atua na qualidade de agentes de pagamento. (c) Contas a pagar a estabelecimentos: Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o saldo está composto por obrigações originadas em transações com cartões de débito e crédito, que foram capturadas pela Pagar.me. A atividade da Pagar.me consiste na prestação de serviço de subadiquirência de estabelecimentos comerciais, com a Stone IP sendo o principal veículo de adquirencia utilizado por ela. (d) Depósitos: Em 30 de junho de 2026, os saldos referem-se a depósitos em contas de livre movimentação. (e) Receitas: No semestre findo em 30 de junho de 2026 e 2025, referem-se substancialmente a receita de juros de antecipação de recebíveis cobradas da Pagar.me. (f) Despesas: No semestre findo em 30 de junho de 2026 e 2025, o montante está composto substancialmente por despesas de juros pagos a Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A., pela prestação de serviços de processamento de transações e de uso licenças de softwares operacionais realizados pela BUY4 Processamento de Pagamentos S.A., serviços de armazenagem e triagem de equipamentos pela Stone Logística Ltda. A remuneração global do pessoal-chave da Administração em 30 de junho de 2026 foi de R\$ 21.125 (R\$ 71.174 em 31 de dezembro de 2025).							
32 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES							
A Companhia possui planos de pagamento baseado em ações, segundo os quais a administração confere a empregados e outros provedores de serviços similares o direito de receber instrumentos patrimoniais (incluindo ações ou opções de ações) da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) como parte de seu plano de incentivo de longo prazo, quando atendidas as condições de aquisição de direito neles especificadas.							
32.1 Políticas contábeis: As práticas contábeis utilizadas pela Companhia, no que tange ao reconhecimento dos planos de pagamento baseado em ações, estão de acordo com as normas adotadas no Brasil (CPC 10) e aprovadas pelo BACEN. O custo dessas transações, as quais são liquidadas em ações, é mensurado pelo valor justo na data da outorga e registrado como despesa, em contrapartida do patrimônio líquido, durante o período do serviço, ou na data da concessão, em caso de serviços passados. O valor justo das Restricted Shares Units ("RSUs") é o valor de mercado do instrumento na data da outorga. Para opções e Performance Shares Units ("PSUs"), o valor justo é calculado utilizando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições dos planos. A condição de desempenho e a quantidade de ações que se espera emitir são mensuradas com base em dados históricos e dados modificados, quando se espera que o futuro seja razoavelmente diferente do passado, entre outros fatores. As duas principais variáveis do modelo foram (i) taxa de juros livre de risco e (ii) volatilidade anual, com base							

... continuação		
Stone Instituição de Pagamentos S.A.		
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria Relativo ao Primeiro Semestre de 2026		
1. Comitê de Auditoria: Estrutura, Composição e Atribuições: Em atendimento à Resolução BCB nº 130, de 20 de agosto de 2021, foi aprovada, na Assembleia Geral Extraordinária da Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone IP") realizada em 12 de fevereiro de 2026 ("AGE de Instalação do Comitê"), a instalação do Comitê de Auditoria do respectivo conglomerado prudencial ("COAUD Stone IP" ou "Comitê" e "Conglomerado Prudencial", respectivamente) que foi homologado pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 10 de abril de 2026. O COAUD Stone IP é um órgão que se reporta à diretoria colegiada da Stone IP ("Diretoria") e atua em conformidade com as disposições estabelecidas no seu respectivo regimento interno ("Regimento Interno") e no Estatuto Social da Stone IP, bem como com as disposições normativas aplicáveis. O COAUD Stone IP é atualmente composto por 3 (três) membros, devidamente eleitos na AGE de Instalação do Comitê, quais sejam: Diego Fresco Gutierrez, Silvio José Moraes e Luciana Ibiapina Lira Aguiar, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Stone IP que deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026. O COAUD Stone IP é único para as entidades integrantes do Conglomerado Prudencial. Para fins deste relatório, o Conglomerado Prudencial inclui, além da Stone IP, as entidades por ela controladas e autorizadas a funcionar pelo BACEN, a saber: Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Stone SCD"); Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Stone SCFI"); e Stone Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Stone DTVM"). Nos termos do Regimento Interno, as atribuições do COAUD Stone IP incluem, entre outras: (i) acompanhar os processos de controles internos e de gestão de riscos que tenham, ou possam vir a ter, reflexos relevantes nas demonstrações financeiras ou nas operações das entidades integrantes do Conglomerado Prudencial; (ii) supervisionar as atividades da auditoria interna; (iii) avaliar o cumprimento, pela administração, das recomendações feitas pelos auditores independentes; (iv) avaliar a efetividade dos trabalhos desenvolvidos pela auditoria independente, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, bem como sua qualificação e independência; (v) recomendar a contratação e destituição dos auditores independentes; (vi) recomendar à Diretoria da Companhia a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; e (vii) revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, anuais e semestrais, as notas explicativas, o relatório da administração e o relatório do auditor independente. As avaliações do COAUD Stone IP baseiam-se nas informações recebidas da administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como nas análises realizadas pelo próprio Comitê decorrentes de observação direta, quando aplicável. A elaboração e a aprovação das demonstrações financeiras da Stone IP e das entidades integrantes do Conglomerado Prudencial são de responsabilidade da Diretoria, à qual compete estabelecer e manter os procedimentos necessários para assegurar a qualidade dos processos que originam as informações utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras e na emissão dos relatórios. A Diretoria também é responsável pelas atividades de controle e monitoramento de riscos e pela supervisão das atividades corporativas de controles internos e de compliance. 2. Atividades do COAUD Stone IP: Considerando que a instalação do COAUD Stone IP se deu em 12 de fevereiro de 2026, com posterior ratificação por meio de despacho de aprovação do BACEN em 10 de abril de 2026, ressalta-se		
que, até a sua instalação, as matérias de sua competência eram acompanhadas pelo Comitê de Auditoria da StoneCo Ltd. ("COAUD StoneCo"), controladora da Stone IP. Tendo em vista que o COAUD Stone IP é composto pelos mesmos membros do COAUD StoneCo, tais matérias foram objeto de acompanhamento contínuo ao longo de todo o período, passando as atribuições a serem exercidas formalmente pelo COAUD Stone IP a partir da data de sua instalação. O COAUD StoneCo realizou 10 (dez) reuniões desde 1º de janeiro de 2026 até a data deste relatório. O COAUD Stone IP realizou 8 (oito) reuniões no mesmo período. Antes da instalação do COAUD Stone IP, seus membros realizaram o planejamento anual de trabalhos considerando os principais temas sob sua responsabilidade no âmbito do COAUD StoneCo, bem como a estratégia de negócios da Stone IP e seus potenciais impactos sobre as demonstrações financeiras da StoneCo e das entidades integrantes do Conglomerado Prudencial, assim como sobre os sistemas de controles internos e o gerenciamento de riscos relacionados às suas atividades. Este planejamento é revisado periodicamente, conforme a evolução e a execução das atividades do Comitê. O COAUD Stone IP aprovou o planejamento dos trabalhos da auditoria interna para o exercício de 2026 e, com base nos trabalhos conduzidos no âmbito do COAUD StoneCo, avaliou formalmente a atuação da auditoria interna ao longo do exercício de 2025. Destacam-se as seguintes atividades do COAUD Stone IP desde 1º de janeiro de 2026 até a presente data: • Realização de reuniões trimestrais com o Diretor Presidente da Stone IP para apresentação de suas recomendações sobre sistemas de controles internos, gerenciamento de riscos e outros temas abrangidos no escopo de sua atuação; • Realização de reuniões com Diretores de diversas áreas relevantes para fins das suas atribuições, notadamente o Diretor Financeiro, o Diretor de Gestão de Riscos e a Diretora Jurídica e de Compliance, bem como com as respectivas equipes; • Avaliação dos resultados de inspeções e observações dos órgãos reguladores e correspondentes planos de ação; • Realização de reuniões com a equipe da firma de auditoria externa para discussão do planejamento dos seus trabalhos e dos relatórios emitidos assim como acompanhamento do cumprimento das normativas sobre independência do auditor externo; • Recomendações à Diretoria e à auditoria interna, bem como acompanhamento da implementação das medidas correspondentes; • Acompanhamento do perfil das denúncias recebidas no canal corporativo de denúncias ("Orelhão") recebendo diretamente eventuais denúncias relacionadas à atuação da Diretoria ou de colaboradores da área responsável pela operação do Orelhão e adotando as providências cabíveis, conforme aplicável; e • Realização de reuniões exclusivamente entre membros, para discussão de temas de competência do Comitê, assim como reuniões com a responsável pela auditoria interna e com a equipe de auditoria independente. Entre os principais temas acompanhados ao longo do período, destacam-se: (a) riscos e controles relacionados à tecnologia, segurança da informação e continuidade de negócios; (b) acompanhamento dos relatórios de efetividade da política, dos procedimentos e dos controles internos relacionados à prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo; (c) provisionamento para perdas com operações de crédito, incluindo o monitoramento do risco das carteiras de crédito para cliente, bem como das perdas com recebíveis de emissores; (d) qualidade do processo contábil; (e) gestão de temas tributários, em especial o reconhecimento e a manutenção de ativos por imposto diferido; e (f) principais estimativas e julgamentos críticos. No decorrer de suas atividades, o COAUD Stone IP não teve conhecimento da ocorrência de fraudes, de des-		
relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras		
mo, até a e a receita líquida por antecipações de obrigações de transações de pagamentos totalizou R\$ 643.319 mil. O saldo de contas a receber de emissores totalizou R\$35.319.898 mil. Em razão da relevância do processo de reconhecimento de receitas operacionais e registro dos valores de contas a receber de emissores, consideramos essa área como principal assunto de auditoria. Como nossa auditoria conduziu o assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos, considerando critérios de relevância e imprevisibilidade na definição das amostras: (i) testes documentais relacionados ao processo de registro e monitoramento dos saldos de contas a receber de emissores e das receitas relacionadas às transações incorridas, tais como captura, autorização, processamento, serviços de liquidação prestados pelas bandeiras e emissores e testes de valorização sobre a receita reconhecida com base no percentual devido sobre o valor da transação; (ii) testes documentais relacionados aos pré-pagamentos de recebíveis parcelados aos clientes e recálculo das receitas de antecipação aos estabelecimento; (iii) testes sobre o registro da receita de aluguel de equipamentos, incluindo valorização e apropriação contábil; e (iv) a avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras, incluídas nas notas explicativas nº3.4.1, nº 6.2 e nº 20. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento das receitas operacionais e registro dos valores de contas a receber de emissores, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação das notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança		
razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.		
São Paulo, 12 de agosto de 2026. Comitê de Auditoria Diego Fresco Gutierrez – Presidente e Membro Qualificado do Comitê de Auditoria Luciana Ibiapina Lira Aguiar – Membro do Comitê de Auditoria Silvio José Moraes – Membro do Comitê de Auditoria		
Aos Administradores e Acionistas da Stone Instituição de Pagamento S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Stone Instituição de Pagamento S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Stone Instituição de Pagamento S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais Assuntos de Auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Reconhecimento das receitas operacionais e registro dos valores de contas a receber de emissores: Conforme divulgado nas notas explicativas nº3.4.1, nº 6.2 e nº 20, as principais receitas operacionais da Companhia são decorrentes, principalmente: (i) da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, as quais são apropriadas ao resultado da Companhia, líquidas de taxas de repasse aos bancos emissores e às bandeiras, na data do processamento das transações, (ii) das rendas de aluguel de equipamentos, representadas pelo montante recebidos dos estabelecimentos credenciados ao sistema da Companhia, pela disponibilização dos equipamentos de captura das transações com cartões e (iii) das rendas pelas antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, mensuradas pela diferença entre o valor original a pagar aos estabelecimentos e o valor efetivamente antecipado. Em 30 de junho de 2026, a receita líquida de serviços de transações de pagamentos e outros serviços totalizou R\$732.825 mil, a receita líquida de aluguel de equipamentos totalizou R\$250.026		
Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-SP 034.519/O Fabício Aparecido Pimenta Contador CRC ISP 241.659/O-9		

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/08/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

